

AGRICULTURA FAMILIAR: TERRITORIALIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA DO ESTADO DE MATO GROSSO/BRASIL

Allan Leon Casemiro da Silva¹

UNIVAG
Várzea Grande, MT, Brasil



Sandra Medina Benini²

UNIVAG
Várzea Grande, MT, Brasil



Jeane Aparecida Rombi de Godoy³

UNIVAG
Várzea Grande, MT, Brasil

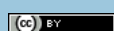


Enviado em 4 nov. 2024 | Aceito em 27 abr. 2025

Resumo: Este estudo analisa a agricultura familiar e sua relevância para o desenvolvimento sustentável no Brasil, com foco na sua contribuição para a segurança alimentar e a preservação ambiental. No Mato Grosso, a expansão da fronteira agrícola desencadeou intensas transformações territoriais, influenciadas por políticas de ocupação e crescimento do agronegócio, que resultaram em alta concentração fundiária. Assim a territorialidade é discutida a partir de uma base geográfica e social, enfatizando-se como as práticas da agricultura familiar contrastam com o modelo produtivo intensivo do agronegócio. O estudo aponta que diferentes perspectivas de uso territorial coexistem devido à dinâmica de expansão da fronteira agrícola, e impactos ambientais decorrentes da produção extensiva. Contudo, a desigualdade no acesso a recursos como crédito e infraestrutura impõe limitações ao potencial dos pequenos produtores. Políticas públicas, como o PRONAF, têm desempenhado um papel no apoio a esse segmento, mas sua eficácia é por vezes restringida por questões burocráticas e de abrangência. A discussão sobre a democratização do território emerge como um ponto central para o debate sobre justiça social e a integração dos agricultores familiares ao desenvolvimento econômico. O texto explora a busca por estratégias que visem equilibrar a produção agrícola, a preservação ambiental, fomentando um modelo de desenvolvimento rural que se pretende sustentável.

Palavras-chave: políticas públicas; desenvolvimento territorial, agronegócio.

1. Pós-Doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo UNIVAG, Várzea Grande/MT, Brasil. Doutor em Agronegócio e Desenvolvimento pelo PGAD-UNESP, Tupã/SP, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2397-3492>. E-mail: allanleon@gmail.com.
2. Pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela FAAC/UNESP, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Mackenzie/SP e Doutorado em Geografia pela FCT/UNESP. Professora do Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo no UNIVAG, Várzea Grande/MT, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7109-8717>. E-mail: arquiteta.benini@gmail.com.
3. Pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela FAAC/UNESP e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Mackenzie/SP. Coordenadora e Professora do programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo no UNIVAG, Várzea Grande/MT, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4577-4651>. E-mail: urbanista.jeane@gmail.com.



FAMILY FARMING: TERRITORIALITY AND TERRITORIAL DEMOCRATIZATION IN THE AGRICULTURAL FRONTIER OF THE STATE OF MATO GROSSO/BRAZIL

Abstract: This study analyzes family farming and its relevance to sustainable development in Brazil, focusing on its contribution to food security and environmental preservation. In Mato Grosso, the expansion of the agricultural frontier has triggered significant territorial transformations influenced by settlement policies and agribusiness growth, resulting in high land concentration. Territoriality is thus discussed from a geographic and social basis, emphasizing how family farming practices contrast with the intensive agribusiness production model. The study identifies that different perspectives on territorial use coexist due to the dynamics of frontier expansion and environmental impacts associated with extensive agricultural production. However, inequalities in accessing resources such as credit and infrastructure impose limitations on the potential of small-scale producers. Public policies, such as PRONAF, have supported this sector, yet their effectiveness is sometimes restricted by bureaucratic issues and limited coverage. The debate on territorial democratization emerges as a key issue in discussions about social justice and the integration of family farmers into economic development. The text explores strategies aimed at balancing agricultural production and environmental preservation, fostering a model of rural development intended to be sustainable.

Keywords: public policies; territorial development, agribusiness.

AGRICULTURA FAMILIAR: TERRITORIALIDAD Y DEMOCRATIZACIÓN DEL TERRITORIO EN LA FRONTERA AGRÍCOLA DEL ESTADO DE MATO GROSSO/BRAZIL

Resumen: Este estudio analiza la agricultura familiar y su relevancia para el desarrollo sostenible en Brasil, con énfasis en su contribución a la seguridad alimentaria y la preservación ambiental. En Mato Grosso, la expansión de la frontera agrícola ha provocado intensas transformaciones territoriales, influenciadas por políticas de ocupación y crecimiento del agronegocio, lo que ha resultado en una elevada concentración de la tierra. Así, la territorialidad se aborda desde una base geográfica y social, destacando cómo las prácticas de la agricultura familiar contrastan con el modelo productivo intensivo del agronegocio. El estudio señala que coexisten diferentes perspectivas de uso territorial debido a la dinámica de expansión de la frontera agrícola y los impactos ambientales derivados de la producción extensiva. No obstante, la desigualdad en el acceso a recursos como crédito e infraestructura limita el potencial de los pequeños productores. Políticas públicas, como el PRONAF, han desempeñado un papel importante en el apoyo a este segmento, aunque su eficacia a menudo se ve restringida por cuestiones burocráticas y de alcance limitado. La discusión sobre la democratización del territorio surge como punto central en el debate acerca de la justicia social y la integración de los agricultores familiares en el desarrollo económico. El texto explora la búsqueda de estrategias dirigidas a equilibrar la producción agrícola y la preservación ambiental, promoviendo un modelo de desarrollo rural que busca ser sostenible.

Palabras clave: políticas públicas; desarrollo territorial; agronegocio.



Introdução

A agricultura familiar desempenha um papel estratégico no desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil, representando uma parte significativa da produção de alimentos básicos e da preservação de práticas agrícolas sustentáveis. No contexto das políticas públicas, a regulamentação formal da agricultura familiar no Brasil, estabelecida pela Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, constituiu um marco importante ao reconhecer e definir os parâmetros que caracterizam essa categoria produtiva. Conforme delineado por Guanzirolí et al. (2018), esse segmento tem uma relevância indiscutível para a segurança alimentar e para a diversificação da produção agrícola, sendo responsável pela oferta de alimentos como feijão, mandioca, leite e carne suína, que são essenciais para o abastecimento do mercado nacional.

Entretanto, a agricultura familiar no Brasil não é apenas um fenômeno econômico, mas também social e cultural. As práticas agrícolas familiares estão intrinsecamente ligadas a modos de vida tradicionais, que combinam conhecimento ancestral com inovação tecnológica, promovendo a sustentabilidade ambiental e a coesão social. O conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar, destacado por Mattei (2014), é central para compreender como essas práticas agrícolas integram a produção de alimentos com a conservação ambiental e a perpetuação de tradições

culturais. Essa dimensão multifacetada ressalta a necessidade de políticas públicas que reconheçam a importância da agricultura familiar para a sustentabilidade rural e o desenvolvimento regional.

No entanto, o desenvolvimento e a consolidação da agricultura familiar enfrentam desafios significativos, especialmente no estado de Mato Grosso, onde a expansão da fronteira agrícola transformou profundamente o uso da terra e a organização produtiva rural. A ocupação desse território foi historicamente marcada por políticas de incentivo ao desbravamento e à intensificação agrícola, promovendo a expansão do agronegócio e resultando em uma elevada concentração fundiária. Conforme analisado por Fernandes (2000), essa estrutura agrária desigual tem gerado tensões sociais e econômicas, comprometendo a capacidade das famílias agrícolas de competir em um ambiente dominado por grandes corporações agroindustriais.

O conceito de territorialidade, conforme discutido por Haesbaert (2004) e Raffestin (1993), é fundamental para compreender a complexidade das relações entre a agricultura familiar e o uso da terra. Territorialidade, nesse contexto, refere-se não apenas à posse física da terra, mas também ao significado social, cultural e econômico atribuído ao território pelas comunidades agrícolas. No estado de Mato Grosso, onde a fronteira agrícola avança sobre áreas ecologicamente sensíveis e socialmente complexas, o debate sobre a democratização do território se torna ainda mais relevante. A democratização do uso da terra implica a criação de políticas públicas que promovam a justiça social, o acesso equitativo aos recursos produtivos e o respeito às práticas culturais e ambientais das comunidades locais.

A análise deste texto explora, as dinâmicas da agricultura familiar e da territorialidade no estado de Mato Grosso, com ênfase na necessidade de democratizar o território como uma estratégia para promover o desenvolvimento rural sustentável. A partir da caracterização da agricultura familiar, a discussão avança para examinar as transformações históricas associadas à expansão da fronteira agrícola e os impactos dessas mudanças na estrutura fundiária e na sustentabilidade socioeconômica das comunidades. A introdução de políticas públicas, como o PRONAF, é avaliada criticamente, destacando avanços e limitações na promoção da inclusão social e da equidade no acesso a recursos. Por fim, a análise aborda os desafios e as oportunidades para fortalecer a agricultura familiar em um contexto marcado por tensões territoriais e desigualdades estruturais, enfatizando a importância de uma abordagem integrada e inclusiva para o desenvolvimento rural.

A complexidade desse tema demanda uma investigação aprofundada sobre como as políticas agrárias e as práticas de uso da terra moldam as realidades socioeconômicas e ambientais da região. O objetivo é contribuir para o debate acadêmico e político sobre o papel estratégico da agricultura familiar na fronteira agrícola de Mato Grosso, propondo soluções que promovam a justiça social, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento econômico equilibrado.

A agricultura familiar

O conceito de agricultura familiar no Brasil está formalmente instituído e regulamentado pela Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, a qual define os critérios para a caracterização dessa categoria produtiva e social. De acordo com a referida legislação, considera-se agricultor familiar aquele que cumpre, simultaneamente, quatro condições: (i) a área da propriedade não deve exceder quatro módulos fiscais; (ii) o trabalho no estabelecimento deve ser realizado predominantemente pelos membros da família; (iii) a maior parte da renda familiar deve ser derivada das atividades econômicas desenvolvidas no estabelecimento rural; e (iv) a gestão da propriedade deve ser exercida pela própria família (BRASIL, 2006).

Tal regulamentação representou um marco institucional no reconhecimento da agricultura familiar como um segmento estratégico para o desenvolvimento sustentável, consolidando uma base legal para a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessa categoria.

A institucionalização da agricultura familiar, conforme estabelecida na Lei n.º 11.326/2006, não apenas formalizou os direitos e deveres dessa categoria, mas também serviu de ponto de partida para a implementação de programas específicos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Conforme discutido por Schneider (2009), o reconhecimento formal foi essencial para destacar a importância da agricultura familiar não apenas sob a perspectiva econômica, mas também em termos culturais e ecológicos.

O conceito transcende a mera produção agrícola, incorporando um conjunto de práticas sociais e culturais que sustentam modos de vida enraizados no ambiente rural brasileiro. Nesse contexto, Guanziroli et al. (2018) destacam que a agricultura familiar contribui substancialmente para a segurança alimentar nacional, sendo responsável pela produção de alimentos básicos como feijão, mandioca, leite e carne suína, que garantem o abastecimento do mercado interno.

A legislação brasileira introduziu ainda o conceito de módulo fiscal, como parâmetro que delimita a extensão da propriedade rural na agricultura familiar. Este conceito é variável conforme as especificidades de cada município, sendo determinado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com base em fatores como o tipo de exploração agrícola predominante e a produtividade da terra (BRASIL, 2006). A agricultura familiar, assim, é concebida não apenas como uma atividade econômica, mas como um sistema que integra aspectos sociais, culturais e ambientais. Mattei (2014) destaca que a multifuncionalidade da agricultura familiar se traduz na capacidade de combinar a produção agrícola com a conservação ambiental e a coesão social, sendo fundamental para a sustentabilidade do espaço rural brasileiro.

O PRONAF surge como um dos instrumentos mais emblemáticos para a implementação das diretrizes legais que amparam a agricultura familiar. Instituído em 1996, o programa visa promover o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares, por meio do acesso ao crédito subsidiado, assistência técnica e outros mecanismos de apoio. Grisa e Schneider (2014) discutem que, embora o PRONAF tenha representado um avanço significativo, sua eficácia ainda é limitada por questões como a desigualdade no acesso aos recursos, especialmente em regiões mais vulneráveis. As dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar não se limitam à obtenção de crédito, mas incluem a necessidade de maior integração em cadeias produtivas e acesso a mercados que possam garantir a valorização de sua produção.

O conceito de agricultura familiar deve ser compreendido também à luz das históricas desigualdades fundiárias que caracterizam o Brasil. Desde o período colonial, a estrutura agrária brasileira favoreceu a concentração de terras, relegando os pequenos produtores a territórios de menor valor econômico e produtivo. Embora a regulamentação e as políticas públicas, como a Lei n.º 11.326/2006, tenham sido avanços no sentido de corrigir essas distorções, as disparidades estruturais ainda persistem. Del Grossi et al. (2019) enfatizam que a agricultura familiar, apesar de representar 77% dos estabelecimentos agropecuários, ocupa apenas 23% da área agrícola total, evidenciando um cenário de desigualdade que limita o pleno desenvolvimento desse segmento.

A dimensão ecológica da agricultura familiar é um ponto relevante que a legislação também aborda, ainda que de forma implícita. Segundo Altieri (2009), as práticas de manejo sustentável adotadas pelos agricultores familiares são essenciais para a conservação da biodiversidade e para a mitigação dos impactos ambientais. Esse modelo de produção agrícola, baseado na diversificação de culturas e no uso racional dos recursos naturais, é apontado como um contraponto ao

agronegócio intensivo, que frequentemente se mostra mais agressivo do ponto de vista ambiental. Schneider e Cassol (2013) afirmam que a resiliência da agricultura familiar está na sua capacidade de integrar conhecimento tradicional e inovação tecnológica, promovendo a sustentabilidade dos sistemas de produção rural.

A regulamentação da agricultura familiar no Brasil, tal como estabelecida pela Lei n.º 11.326/2006, conferiu um estatuto jurídico a uma forma de produção agrícola que é fundamental para a manutenção da segurança alimentar, a preservação ambiental e a coesão social no meio rural. Contudo, Fernandes (2012) adverte que a efetividade dessas políticas depende de uma contínua revisão e aprimoramento, para que as especificidades regionais e as necessidades dos agricultores familiares sejam plenamente contempladas. A legislação, portanto, não deve ser vista como um ponto final, mas como um marco a partir do qual se desenham políticas mais abrangentes e equitativas para o campo brasileiro.

Territorialidade e Agricultura Familiar

O conceito de territorialidade, fundamental para a análise geográfica, transcende a simples delimitação física de um espaço, englobando as relações de poder, as práticas socioculturais e as formas de apropriação e dominação que nele se manifestam. Conforme Haesbaert (2004), a territorialidade é uma construção social complexa, resultante da interação entre sujeitos e o espaço, podendo manifestar-se em múltiplas escalas e com diferentes intensidades. Para o autor, o território se constitui a partir de um "continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'" (HAESBAERT, 2004). Nesse sentido, a territorialidade da agricultura familiar distingue-se daquela imposta por lógicas hegemônicas, como a do agronegócio, por suas especificidades na relação com a terra e os recursos.

Raffestin (1993) contribui para essa discussão ao afirmar que o território é produzido a partir de um espaço preexistente através de um conjunto de relações que os atores sociais estabelecem. O autor enfatiza que a territorialidade não se limita à posse física, mas envolve um processo de apropriação simbólica e econômica do espaço. No contexto da agricultura familiar, essa apropriação se manifesta por meio de práticas culturais, conhecimentos tradicionais e uma relação de interdependência com o ambiente, que moldam o território de acordo com suas necessidades produtivas (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

A territorialidade da agricultura familiar, portanto, é frequentemente caracterizada por uma forte dimensão simbólica e de pertencimento, onde o espaço é vivido e significado. Em contrapartida, a expansão do agronegócio em regiões como o Mato Grosso tende a impor uma territorialidade predominantemente funcional, orientada pela lógica da produção em larga escala, da maximização do lucro e do controle de vastas extensões de terra. Essa lógica pode ser compreendida, nos termos de Haesbaert (2007), como uma "territorialidade de rede" ou "zonal" que visa à dominação e ao controle para fins econômicos, muitas vezes desconsiderando as territorialidades preexistentes ou impondo-se sobre elas de forma conflituosa. Questiona-se, assim, se a territorialidade do agronegócio, ao priorizar a dominação em detrimento da apropriação no sentido lefebvriano (LEFEBVRE, 1986, citado por HAESBAERT, 2004), não se configuraria como uma territorialidade excludente, que limita ou nega as múltiplas formas de ser e estar no território das comunidades locais e da agricultura familiar.

Haesbaert (2004) discute o "mito da desterritorialização", argumentando que, em vez de um desaparecimento dos territórios, o que se observa é uma complexa dinâmica de des-re-

territorialização, onde novas territorialidades são construídas, muitas vezes em sobreposição ou conflito com as anteriores. A agricultura familiar, nesse cenário, busca construir e manter suas territorialidades em um contexto de forte pressão do agronegócio, o que envolve lutas por reconhecimento, acesso à terra e aos recursos, e pela valorização de seus modos de vida. No contexto brasileiro, a agricultura familiar tem uma forte conexão com o território, o que influencia diretamente a sua sustentabilidade e viabilidade. Segundo Abramovay (1992), o território da agricultura familiar não é apenas um local de produção, mas um espaço de reprodução social e cultural. Martins (2010) argumenta que a terra para os agricultores familiares transcende o valor econômico, configurando-se como um espaço de identidade e resistência.

Essa perspectiva é corroborada por Schneider (2009), que destaca a importância da gestão familiar da terra, onde a família exerce o controle sobre os meios de produção, reforçando laços comunitários e promovendo a coesão social. No entanto, essa relação é constantemente ameaçada pela expansão do agronegócio, que promove a concentração fundiária e compromete a autonomia dos pequenos agricultores (PEDROSO, 2014).

A territorialidade da agricultura familiar também é marcada por desigualdades históricas e estruturais, que se refletem nas políticas públicas e no acesso aos recursos produtivos. Guanzioli et al. (2018) destacam que, apesar da criação de programas como o PRONAF, a agricultura familiar ainda enfrenta barreiras significativas para se consolidar como um segmento produtivo competitivo. Essas barreiras incluem a falta de acesso a crédito, assistência técnica e mercados. Del Grossi et al. (2019) reforçam que, embora a agricultura familiar represente 84% dos estabelecimentos rurais no Brasil, ela ocupa apenas 24,3% da área total, evidenciando uma desigualdade fundiária persistente. A concentração de terras, conforme discutido por Fernandes (2008), é um dos principais entraves para a democratização do território, limitando a capacidade de os agricultores familiares se estabelecerem e prosperarem em áreas estratégicas.

Outro aspecto relevante da territorialidade é a gestão sustentável dos recursos naturais. Para Grisa e Schneider (2014), os agricultores familiares têm um papel fundamental na preservação ambiental, pois suas práticas de manejo são, em muitos casos, mais sustentáveis em comparação com o agronegócio intensivo. Esse papel é essencial em regiões como o Mato Grosso, onde a fronteira agrícola avança sobre áreas de grande biodiversidade. Sabourin et al. (2021) destacam que, na região do Portal da Amazônia, a interação entre as políticas públicas e as dinâmicas locais é fundamental para promover práticas sustentáveis que protejam o meio ambiente e garantam a sobrevivência das comunidades rurais. Nesse sentido, a territorialidade da agricultura familiar pode ser vista como uma forma de resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento agrícola, que frequentemente desconsidera as especificidades culturais e ambientais das populações locais (GUANZIROLI et al., 2018).

A literatura também explora como a territorialidade da agricultura familiar é influenciada por fatores econômicos e sociais. Segundo Pedroso (2014) a inserção dos agricultores familiares em mercados cada vez mais competitivos é um desafio constante, já que as condições desiguais de poder de mercado favorecem os grandes produtores. Helfand, Rocha e Vinhais (2009) acrescentam que o baixo nível de escolaridade e a precária infraestrutura das propriedades familiares limitam a adoção de tecnologias avançadas, reforçando a vulnerabilidade econômica dessas famílias. Apesar disso, os agricultores familiares demonstram uma capacidade notável de adaptação e inovação, utilizando seus conhecimentos tradicionais para manter a produção e resistir às pressões externas (BUAINAIN et al., 2002; SCHNEIDER, 2009).

Por fim, a territorialidade da agricultura familiar é marcada pela tensão entre a modernização agrícola e a preservação de modos de vida tradicionais. Segundo Mattei (2014), a modernização tende a homogeneizar o uso da terra desconsiderando a diversidade de práticas produtivas e culturais da agricultura familiar. Essa homogeneização é criticada por Wanderley (1999), que defende a importância de políticas públicas que respeitem e valorizem as especificidades regionais. Os agricultores familiares, por meio de suas práticas de manejo e de organização social, contribuem para a diversificação produtiva e para a manutenção da biodiversidade, o que reforça a importância de uma abordagem territorial inclusiva e sustentável (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

A Expansão da Fronteira Agrícola em Mato Grosso

Analisar a expansão da fronteira agrícola em Mato Grosso exige compreender a complexidade das transformações que ocorreram ao longo do século XX, impulsionadas por políticas estatais de ocupação e desenvolvimento da região. Constatar que a ocupação inicial era marcada por práticas extrativistas e uma agricultura de subsistência, em um contexto de isolamento geográfico. No entanto, a partir das décadas de 1960 e 1970, observar que o governo federal implementou estratégias para promover o desbravamento de terras, com a construção de rodovias como a BR-163 e a BR-364, intensificando a colonização e o uso comercial da terra.

O avanço do agronegócio gerou significativos conflitos territoriais, uma vez que a concentração fundiária aumentou exponencialmente, criando uma estrutura de desigualdade social persistente. Isso gerou impactos socioeconômicos e ambientais da expansão agrícola evidenciando uma realidade de acentuada concentração fundiária, intensificada pelo cultivo extensivo de commodities como soja e milho. Martins (2010) e Guanzirolí (2007) com a produção de monoculturas, que além de deslocar agricultores familiares, levou ao desmatamento em larga escala e à degradação dos ecossistemas, com sérias implicações para a biodiversidade e a segurança ambiental.

O crescimento descontrolado do agronegócio acentuou as desigualdades sociais e criou um ambiente de marginalização para pequenos produtores. Esses agricultores, frequentemente sem acesso a assistência técnica ou crédito rural, enfrentam dificuldades para sustentar suas atividades produtivas (Schneider, 2009; Silva e Sato, 2010). Essa marginalização representa uma ameaça à sustentabilidade econômica das comunidades rurais, demonstrando a necessidade de estratégias de inclusão.

A condição dos agricultores familiares na fronteira agrícola de Mato Grosso revela que, embora essas famílias contribuam de forma significativa para a diversidade produtiva, elas são constantemente pressionadas a abandonar suas práticas tradicionais, sendo que a expansão do agronegócio marginaliza esses produtores, que se veem forçados a lutar pela sobrevivência econômica em um ambiente dominado por grandes corporações agroindustriais (Wanderley, 1999; Mattei, 2014).

A relevância da agricultura familiar se manifesta não apenas na preservação da diversidade biológica, mas também na manutenção de práticas sustentáveis que contribuem para a segurança alimentar e para a mitigação das mudanças climáticas. Investigar essas práticas é entender que, apesar da marginalização, as famílias agrícolas exercem um papel importante na resiliência socioambiental da região, adotando estratégias que buscam equilibrar produção e conservação.

A Democratização do Território: Conceitos e Desafios

A democratização do uso da terra implica considerar o acesso justo e equitativo como um imperativo para o desenvolvimento rural sustentável. A redistribuição da terra é essencial para promover a justiça social e assegurar a subsistência das famílias agrícolas. Fernandes (2012) complementa, salientando que a gestão territorial inclusiva deve reconhecer os direitos históricos e culturais das comunidades rurais, criando mecanismos para proteger e valorizar suas práticas.

Analisar a democratização da terra também envolve abordar a necessidade de políticas públicas consistentes que incentivem a diversidade agrícola e apoiem o desenvolvimento local. Constatar que a reforma agrária é um elemento central, mas que ainda enfrenta resistências políticas e econômicas, reforça a importância de promover estratégias que fortaleçam a agricultura familiar enquanto salvaguardam o meio ambiente.

Os conflitos pela terra na fronteira agrícola de Mato Grosso são históricos e complexos, envolvendo disputas acirradas entre grandes latifundiários e agricultores familiares. Silva e Sato (2010) observam que a falta de políticas públicas eficazes para mediar essas disputas tem agravado as tensões, muitas vezes resultando em violência e deslocamento forçado das populações locais. Wanderley (1999) reforça que esses conflitos vão além da questão fundiária, atingindo também a identidade cultural e a preservação dos modos de vida rurais.

Compreender os conflitos é essencial para entender como as disputas pelo território afetam a sustentabilidade das comunidades. Schneider (2003) e Mattei (2014) destacam que a pressão exercida pelo agronegócio não só compromete a segurança territorial das famílias agrícolas, mas também ameaça a biodiversidade e a resiliência ecológica da região.

A manutenção dessas comunidades no campo e como enfrentam as pressões dos grandes latifundiários apontam que, apesar das adversidades, a agricultura familiar permanece como um bastião da diversidade cultural e produtiva, promovendo práticas sustentáveis que se contrapõem à homogeneização imposta pela monocultura (Gaspari e Khatounian, 2016).

Grisa e Schneider (2014) sublinham que as práticas da agricultura familiar contribuem para a segurança alimentar regional, evidenciando que a defesa do modo de vida rural é também uma luta pela justiça social e pela conservação ambiental.

Políticas Públicas e Agricultura Familiar

A influência das políticas públicas na agricultura familiar revela avanços significativos quanto contradições marcantes. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) destacam-se como exemplos proeminentes de iniciativas voltadas para o fortalecimento do setor. Segundo Grisa e Schneider (2014), esses programas foram fundamentais para impulsionar o desenvolvimento da agricultura familiar, promovendo o acesso a crédito e a mercados institucionais. Contudo, sua eficácia ainda é limitada por entraves burocráticos e pela desigualdade no acesso, que privilegia algumas regiões e produtores mais estruturados, enquanto marginaliza comunidades mais vulneráveis e com menor acesso a recursos.

O PRONAF, por exemplo, foi criado para oferecer linhas de crédito com juros subsidiados e condições diferenciadas para agricultores familiares, visando fomentar investimentos produtivos e a modernização das práticas agrícolas. No entanto, Silva (2012) destaca que, embora muitos agricultores tenham conseguido beneficiar-se dessa política, ainda há um número expressivo que enfrenta dificuldades para acessar os recursos. Entre os principais obstáculos estão a complexidade

dos procedimentos burocráticos, a falta de documentação adequada e a insuficiência de assistência técnica, que limita a capacidade de muitos agricultores de se enquadrarem nos critérios exigidos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por sua vez, busca garantir a segurança alimentar e nutricional ao mesmo tempo que fortalece os agricultores familiares, promovendo a compra direta de seus produtos para abastecer escolas, hospitais e programas sociais. Apesar de seus méritos, Schneider (2009) argumenta que o PAA enfrenta desafios como a instabilidade orçamentária e a dificuldade de logística em regiões mais remotas, o que reduz seu alcance e impacto. Esse cenário aponta para a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e equitativas, que levem em consideração as peculiaridades regionais e os diferentes níveis de vulnerabilidade.

A análise desses programas evidencia que a promoção da agricultura familiar não pode ser homogênea. Schneider (2009) defende a importância de desenvolver estratégias que reconheçam as particularidades de cada região, promovendo a integração de pequenos agricultores aos mercados locais e nacionais. Para isso, é necessário melhorar as condições de produção por meio de investimentos em infraestrutura rural, assistência técnica qualificada e suporte contínuo. Discutir os desafios no acesso a políticas públicas torna-se, portanto, imprescindível para compreender a exclusão social e econômica vivida por muitos agricultores.

Mattei (2014) enfatiza que a seletividade na concessão de crédito rural, junto com a precariedade da infraestrutura em áreas afastadas, perpetua as desigualdades no campo. Agricultores que residem em regiões com pouca ou nenhuma presença de instituições financeiras ou de apoio governamental encontram-se em desvantagem, intensificando um ciclo de vulnerabilidade. Oliveira e Oliveira (2018) ressaltam que a centralização das políticas públicas é um fator agravante, dificultando a implementação de medidas eficazes nas áreas mais necessitadas, onde o apoio estatal é vital para a sobrevivência e o progresso dos pequenos produtores.

Diante desses desafios, torna-se urgente redesenhar as políticas públicas para focar na inclusão e capacitação dos pequenos agricultores. A formulação de soluções deve garantir que os recursos cheguem efetivamente às comunidades mais vulneráveis, promovendo um desenvolvimento rural integrado e sustentável. Gaspari e Khatounian (2016) sugerem que o incentivo à agroecologia e a criação de mercados justos são fundamentais para o sucesso da agricultura familiar. Esses autores defendem práticas que não só aumentem a produtividade, mas também respeitem o meio ambiente, promovendo uma agricultura sustentável e resiliente.

Ademais, Silva e Sato (2012) destacam a necessidade de programas de capacitação técnica, que preparem os agricultores para adotar tecnologias inovadoras e sustentáveis. Implementar essas políticas requer uma colaboração estreita entre o governo, a sociedade civil e as comunidades locais, reconhecendo a agricultura familiar como um pilar essencial do desenvolvimento sustentável. Schneider (2009) e Grisa e Schneider (2014) reforçam que o empoderamento dos agricultores, aliado à gestão ambiental responsável, é vital para assegurar a viabilidade econômica e promover a justiça social no campo. Dessa forma, a agricultura familiar pode prosperar de maneira integrada, fortalecendo as bases socioeconômicas e ecológicas das comunidades rurais.

Metodologia

A metodologia deste estudo baseou-se na análise de dados secundários provenientes do Censo Agropecuário de 2017, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), complementada por informações de bases federais, como as fornecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Analisar dados secundários foi uma abordagem

amplamente validada na literatura científica, conforme defendido por autores como Bryman (2016) e Creswell (2014), que destacaram a relevância dessa metodologia para acessar um amplo escopo de informações coletadas de maneira sistemática e abrangente.

O Censo Agropecuário de 2017 ofereceu uma base sólida de dados que descreveu o uso da terra e as características socioeconômicas dos estabelecimentos agrícolas. Utilizar essas informações permitiu construir um panorama detalhado da agricultura familiar em Mato Grosso. Complementarmente, utilizou-se registros governamentais que possibilitou examinar o impacto das políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) na territorialidade e no desenvolvimento dos pequenos agricultores.

Os procedimentos metodológicos incluíram coletar e sistematizar os dados em software estatístico, como Python, conforme sugerido por Field (2013), que enfatizou a importância de ferramentas computacionais na análise de grandes volumes de dados. Realizar a análise descritiva como a primeira etapa permitiu caracterizar o perfil da agricultura familiar em termos de extensão de propriedades, estrutura produtiva, acesso a crédito e participação em políticas públicas, conforme discutido por Hair Jr. et al. (2010).

Aplicar a análise comparativa confrontou os dados da agricultura familiar com os de grandes propriedades agrícolas, evidenciando as disparidades em termos de acesso a políticas públicas e infraestrutura.

Finalmente, integrar os dados quantitativos com a literatura possibilitou uma discussão crítica sobre o impacto das políticas públicas e as barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares. Discutir as limitações metodológicas reconheceu a dependência de dados secundários e as potenciais lacunas nas informações, conforme apontado por Blaikie (2007), assegurando uma interpretação rigorosa e contextualizada dos resultados.

Resultados

Caracterização da agricultura familiar no estado do Mato Grosso

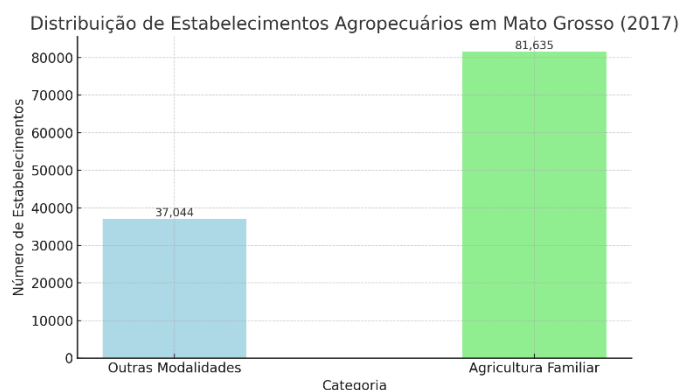
A estrutura e dinâmica dos estabelecimentos agropecuários em Mato Grosso oferecem uma visão abrangente das desigualdades e desafios que permeiam o setor rural do estado. Mato Grosso, com sua destacada participação no agronegócio brasileiro, caracteriza-se por uma dualidade marcante: de um lado, a agricultura familiar; de outro, as grandes propriedades voltadas para a produção em larga escala. Essa dicotomia reflete não apenas diferenças significativas na organização produtiva e no acesso a recursos, mas também revela o papel sociopolítico que cada segmento exerce na economia rural do estado.

A análise detalhada dos dados apresentados evidencia as complexidades associadas à ocupação territorial, à concentração fundiária e às desigualdades no uso e controle da terra. Embora a agricultura familiar represente a maior parte dos estabelecimentos agropecuários, os pequenos agricultores enfrentam severas limitações em termos de área disponível, infraestrutura e capacidade produtiva. Em contraste, as propriedades não familiares, que são menores em número, dominam vastas extensões de terra e dispõem de acesso privilegiado a crédito e tecnologia, reforçando um quadro de desigualdades regionais.

Essa assimetria não se restringe a uma questão quantitativa; suas implicações são profundas, afetando o desenvolvimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental, conforme destacam estudiosos como Grisa e Schneider (2014) e Silva e Sato (2012).

As correlações estabelecidas entre o número de estabelecimentos, a distribuição de áreas e o tamanho médio das propriedades servem de base para uma reflexão crítica sobre a estrutura agrária de Mato Grosso. Ao iluminar os desafios e as oportunidades enfrentados pelo setor, a análise contribui para ampliar a compreensão das dinâmicas de territorialidade, das relações socioeconômicas e das políticas agrárias que moldam a realidade rural da região. Assim, a discussão proposta visa fornecer subsídios teóricos e práticos para um entendimento mais completo das questões que definem o presente e o futuro da agricultura em Mato Grosso, destacando a necessidade de políticas públicas que promovam justiça social e sustentabilidade.

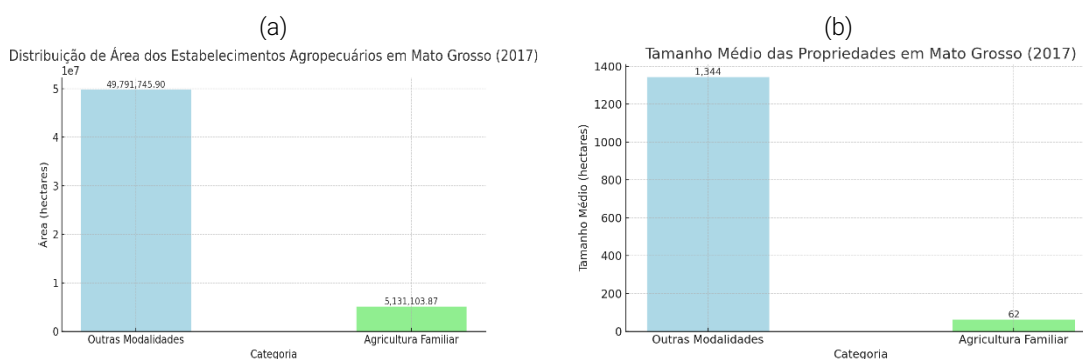
Figura 1 – Análise do número dos estabelecimentos por Agricultura Familiar e outras modalidades no Estado do Mato Grosso



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2017).

A Figura 01 demonstra a distribuição do número de estabelecimentos agropecuários no estado de Mato Grosso em 2017. Os dados destacam que a agricultura familiar é predominante, representando 81.635 estabelecimentos, o que corresponde a cerca de 68,8% do total, enquanto as demais modalidades somam 37.044 estabelecimentos (31,2%). Este padrão é relevante, pois evidencia a importância da agricultura familiar na paisagem rural de Mato Grosso, onde pequenos produtores desempenham um papel fundamental na economia local, no desenvolvimento comunitário e na segurança alimentar. Por outro lado, a parcela representada pelas modalidades não familiares reflete o impacto das grandes propriedades agrícolas voltadas principalmente para o agronegócio e exportação.

Figura 2 – Análise da área total (a) e área média (b) por Agricultura Familiar e outras modalidades no Estado do Mato Grosso



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2017).

A Figura 02a aborda a distribuição da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, destacando uma significativa diferença entre a área média controlada por modalidades não familiares e aquelas sob agricultura familiar. As "Outras Modalidades" abrangem uma vasta extensão de 49.791.745,9 hectares, enquanto a agricultura familiar ocupa 5.131.103,87 hectares. A discrepância na área reflete a concentração fundiária, onde grandes propriedades dominam o uso da terra. Esse fenômeno é consistente com padrões de desenvolvimento agrário observados em outras regiões agrícolas intensivas, onde o agronegócio concentra grandes parcelas de terra para atividades como cultivo de soja, milho e pecuária, impactando a estrutura fundiária e as relações sociais no campo.

A Figura 02b apresenta o tamanho médio das propriedades, com uma diferença substancial entre as duas categorias. As "Outras Modalidades" apresentam um tamanho médio de 1.344 hectares por estabelecimento, em contraste com apenas 62 hectares para a agricultura familiar. Esse dado reforça a narrativa da concentração de terras, indicando que, embora a agricultura familiar seja predominante em número de estabelecimentos, ela ocupa áreas consideravelmente menores. Isso implica desafios em termos de eficiência produtiva, acesso a recursos e sustentabilidade socioeconômica, exigindo políticas públicas específicas que contemplem o suporte técnico e a facilitação de crédito para pequenos agricultores.

A integração das três figuras permite uma análise mais profunda das correlações existentes entre o número de estabelecimentos, a distribuição de áreas e o tamanho médio das propriedades. Observa-se que há uma correlação negativa entre o número de estabelecimentos e a área média ocupada por eles: enquanto a agricultura familiar domina em número, ela é substancialmente menor em termos de área por estabelecimento. Esta distribuição desigual de terras é um reflexo direto das políticas agrárias e dos modelos de produção rural que favorecem a concentração de terra nas mãos de poucos grandes proprietários, enquanto a agricultura familiar opera em uma base de terra limitada.

Do ponto de vista socioeconômico, essa sugere que, embora a agricultura familiar tenha um papel fundamental na produção de alimentos básicos e na geração de empregos rurais, ela enfrenta barreiras significativas em termos de acesso a recursos, escala de produção e inserção no mercado. A alta concentração fundiária associada às grandes propriedades, representadas pelas "Outras Modalidades", é uma característica estrutural que perpetua desigualdades no campo, influenciando a dinâmica econômica regional.

Portanto, os dados levantam questões importantes sobre a sustentabilidade do modelo agropecuário predominante em Mato Grosso. A dependência de grandes propriedades para a produção em larga escala e a exportação de commodities pode gerar impactos ambientais adversos, enquanto a agricultura familiar, apesar de mais sustentável em muitos casos, necessita de maior apoio governamental e inovação tecnológica para maximizar seu potencial produtivo. A análise integrada aponta para a necessidade de políticas públicas equilibradas que promovam a democratização do acesso à terra, assegurem a equidade no desenvolvimento rural e incentivem práticas agrícolas sustentáveis.

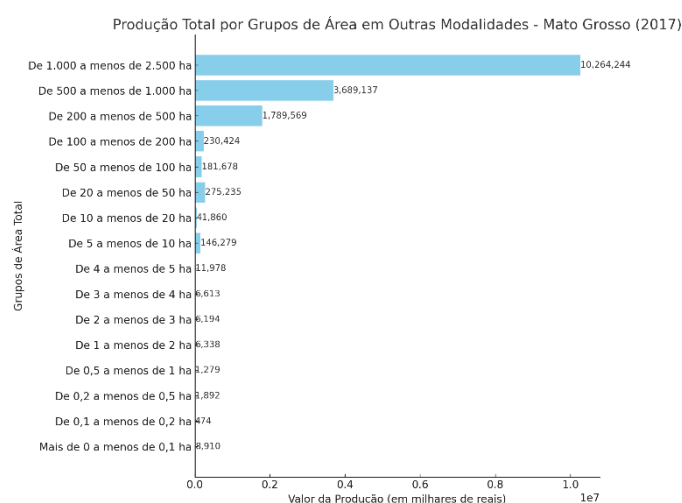
Análise dos valores de produção das propriedades no Estado do Mato Grosso.

A produção no estado ilustra de forma clara a polarização existente no setor rural, destacando, por um lado, a expressiva concentração de valor produtivo em grandes extensões de terra dominadas

pelo agronegócio e, por outro, a significativa contribuição da agricultura familiar, mesmo em áreas menores, para a diversificação e segurança alimentar regional.

Essa análise é fundamental para evidenciar a importância da agricultura familiar no processo produtivo do estado, apesar de sua capacidade de investimento, ao mesmo tempo em que revelam da agricultura familiar na sustentabilidade socioeconômica. A análise comparativa dessas modalidades produtivas permite levantar reflexões críticas sobre as políticas públicas necessárias para promover um desenvolvimento rural mais equitativo e eficiente, ressaltando a importância de estratégias que contemplem tanto a alta produtividade das grandes propriedades quanto a relevância social e ambiental das unidades familiares.

Figura 3 – Análise da Produção Total em milhares de reais por propriedades de outras modalidades no Estado do Mato Grosso

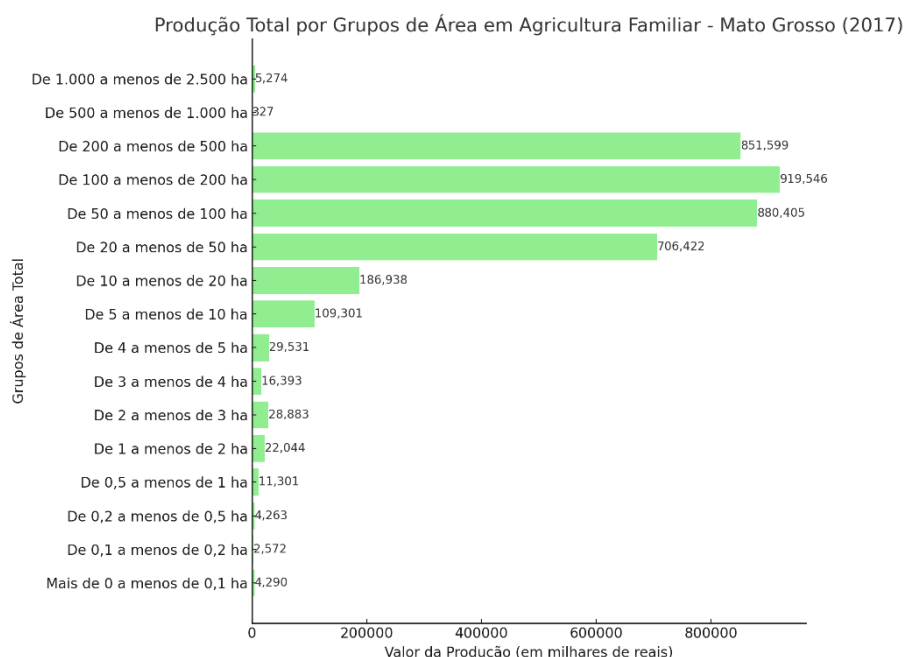


Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2017).

A Figura 03, que ilustra a produção total por grupos de área na categoria "Outras Modalidades" em Mato Grosso no ano de 2017, revela uma forte concentração do valor da produção em estabelecimentos de maior extensão territorial. A produção é predominantemente elevada em áreas superiores a 100 hectares, o que reflete o perfil característico do agronegócio na região, com propriedades que se dedicam a práticas agrícolas extensivas, como a pecuária intensiva e o cultivo de commodities como soja e milho. Essa distribuição evidencia que a eficiência produtiva está diretamente associada a maiores extensões de terra, reforçando a concentração de recursos tecnológicos e financeiros nesses grandes estabelecimentos.

Tal estrutura produtiva é indicativa de um modelo agrícola altamente mecanizado e voltado para a maximização da produtividade, conforme discutido por Longley et al. (2010) em suas análises sobre geoprocessamento agrícola. A preponderância das grandes propriedades não apenas sublinha sua importância econômica, especialmente na exportação de commodities, mas também destaca as disparidades no acesso a tecnologias avançadas e recursos produtivos. Esse cenário implica uma dinâmica desigual que favorece o agronegócio em detrimento de sistemas produtivos menores e mais diversificados.

Figura 4 – Análise da Produção Total em milhares de reais por propriedades da Agricultura Familiar no Estado do Mato Grosso



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2017).

A Figura 04 apresenta a produção total por grupos de área na "Agricultura Familiar". Em contraste com as "Outras Modalidades", a agricultura familiar mostra uma dispersão mais uniforme do valor da produção, embora áreas relativamente maiores dentro do setor familiar ainda contribuam significativamente para a produção total. A análise revela que, mesmo em pequenas extensões de terra, a agricultura familiar tem extrema importância na produção de alimentos básicos voltados para o mercado interno, o que é essencial para a segurança alimentar e a sustentabilidade regional.

A agricultura familiar se destaca não apenas pela sua capacidade de diversificação produtiva, mas também pela eficiência em áreas menores, como ressaltado por Altieri (2009), que destaca a importância da agroecologia e da diversificação agrícola para a resiliência socioeconômica. O cultivo de hortaliças, frutas e a pecuária de subsistência são atividades que tornam esse segmento vital para a economia rural e para a manutenção da diversidade agrícola. No entanto, a limitação de recursos financeiros e tecnológicos continua sendo um desafio, comprometendo a escalabilidade e a competitividade em relação às grandes propriedades do agronegócio.

A análise comparativa revela uma relação clara entre o tamanho das propriedades e o valor agregado da produção. No caso das "Outras Modalidades", o modelo de produção é fortemente dependente de grandes extensões de terra, com um enfoque na alta produtividade de commodities para exportação. Embora esse modelo seja vantajoso economicamente, gerando significativas receitas de exportação, ele é menos inclusivo e socialmente sustentável, uma vez que demanda investimentos elevados em infraestrutura e tecnologia.

Por outro lado, a "Agricultura Familiar" demonstra um perfil de produção mais diversificado e distribuído. As áreas menores ainda possuem uma participação relevante na produção total, contribuindo de forma significativa para a segurança alimentar e a estabilidade rural. Essa

diversificação é um fator de resiliência, mas a limitação de recursos continua sendo um obstáculo, comprometendo o potencial de expansão e modernização dos pequenos agricultores.

A relação observada entre as Figura 03 e 04 evidencia uma estrutura agrícola polarizada em Mato Grosso. Grandes propriedades dominam a produção em termos de volume e valor agregado, enquanto a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na diversificação agrícola e na manutenção da sustentabilidade ambiental. Essa polarização reforça a necessidade de políticas públicas equilibradas e inclusivas que contemplem as especificidades de cada setor. Investir na agricultura familiar, promovendo acesso a crédito, assistência técnica e tecnologias sustentáveis, é essencial para garantir um modelo agrícola que atenda tanto às demandas de exportação quanto às necessidades alimentares do mercado interno, conforme defendem estudiosos como Yin (2018) e Schneider (2009).

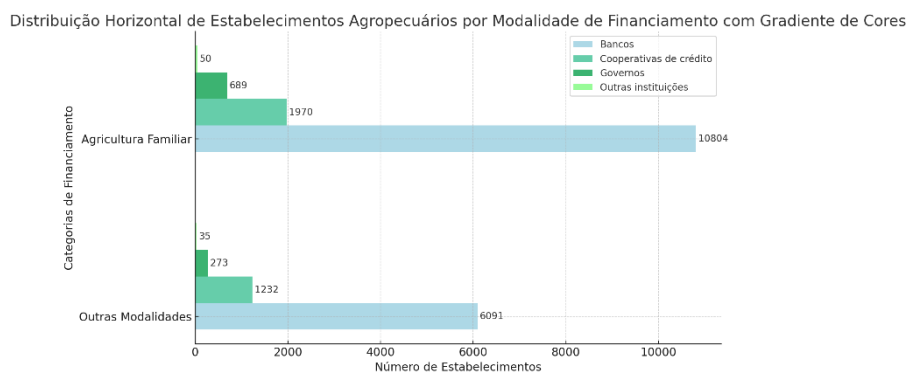
Análise as ações de financiamento no estado do Mato Grosso

Financiamentos direcionados por instituições de cessão de crédito

As ações de financiamento são fundamentais para o desenvolvimento e a sustentabilidade da agricultura familiar no estado de Mato Grosso, um setor que desempenha um papel fundamental na segurança alimentar e na diversificação produtiva da região. O crédito agrícola, especialmente em modalidades acessíveis e adaptadas às necessidades dos pequenos produtores, permite que esses agricultores invistam na modernização de suas práticas, na aquisição de insumos e na adoção de tecnologias mais sustentáveis. Cooperativas de Crédito e outras instituições financeiras alternativas têm se mostrado importantes nesse contexto, oferecendo modelos mais personalizados e voltados para comunidades rurais. No entanto, a abrangência ainda limitada dessas instituições ressalta a necessidade de ampliar e fortalecer suas redes para garantir que um número maior de agricultores possa se beneficiar de financiamentos acessíveis e constantes.

Os resultados desta análise descritiva fornecem elementos relevantes para discutir a eficácia e acessibilidade das diversas modalidades de financiamento no setor agropecuário. Ao analisar os padrões de financiamento, o predomínio dos Bancos, combinado com sua alta variabilidade, aponta para a necessidade de maior uniformidade e acessibilidade no crédito bancário.

Figura 5 – Categoria dos fornecedores de financiamento para a produção agropecuária no Estado do Mato Grosso, por número de estabelecimentos atendidos



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2017).

A figura 05 mostra que os bancos ainda constituem a principal fonte de financiamento da atividade agropecuária no estado do Mato Grosso. Isso pode acontecer pois os programas governamentais ainda usam essas instituições como mediadoras nas políticas de concessão de crédito na importância de entender as variações dos riscos financeiros associados às transações.

Por outro lado, as Cooperativas de Crédito emergem como uma alternativa relevante, especialmente para a agricultura familiar, com uma média de 1970 estabelecimentos atendidos. Apesar de sua menor abrangência em comparação aos Bancos, as cooperativas oferecem um modelo mais consistente de financiamento, com uma maior estabilidade no crédito oferecido por essas instituições, possivelmente devido ao seu foco em comunidades agrícolas e ao caráter colaborativo de sua operação, um ponto amplamente discutido por Creswell (2014) na literatura sobre modelos financeiros sustentáveis.

A modalidade de financiamento oferecida diretamente pelos Governos apresenta um panorama preocupante, com apenas 689 estabelecimentos atendidos na agricultura familiar. Essa variabilidade destaca a necessidade de políticas públicas mais robustas e consistentes que possam fornecer suporte previsível e eficaz aos produtores rurais. A análise sugere que as flutuações nas políticas de financiamento governamentais podem estar ligadas a fatores políticos e orçamentários, comprometendo a capacidade de planejamento dos agricultores, enfatizando a importância de políticas estáveis para a segurança econômica no setor rural.

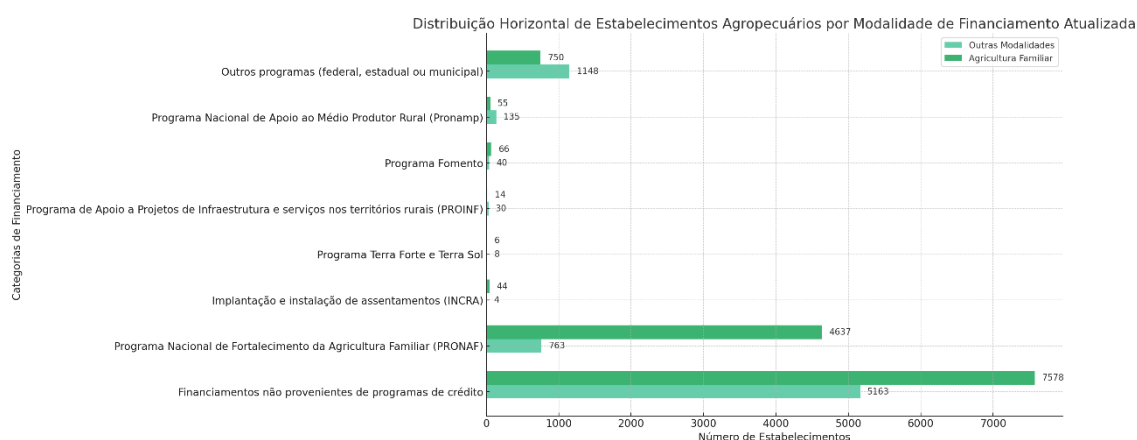
Esses dados evidenciam a complexidade do financiamento agropecuário em Mato Grosso e a necessidade de desenvolver políticas financeiras e de crédito mais equilibradas e estáveis. A dependência excessiva de algumas modalidades, combinada com a inconsistência de outras, aponta para a urgência de uma abordagem mais integrada que promova o acesso equitativo ao crédito e apoie o desenvolvimento sustentável do setor.

Políticas governamentais de financiamento à produção agropecuária

O financiamento governamental, por sua vez, assume uma relevância particular em Mato Grosso, onde a agricultura familiar enfrenta desafios como a falta de infraestrutura, a variabilidade climática e a concorrência com o agronegócio de larga escala. Programas como o PRONAF têm desempenhado um papel estratégico ao fornecer crédito com taxas de juros subsidiadas, mas a eficácia desses programas é frequentemente comprometida pela inconstância e pela limitação no alcance.

O apoio governamental consistente e bem estruturado é vital para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades no setor rural, permitindo que pequenos agricultores tenham condições de competir e se desenvolver. Além disso, políticas públicas que garantam o acesso a crédito, assistência técnica e apoio logístico são essenciais para assegurar a viabilidade econômica da agricultura familiar, contribuindo para a resiliência das comunidades e a preservação da diversidade produtiva no estado.

Figura 6 – Programas Governamentais de financiamento para a produção agropecuária no Estado do Mato Grosso, por número de estabelecimentos atendidos



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2017).

A Figura 06 aponta destaque significativo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que atendeu 4.637 estabelecimentos, sublinha sua importância como o principal mecanismo de apoio à agricultura familiar. Esse resultado reforça o que foi discutido no referencial teórico, onde autores como Grisa e Schneider (2014) enfatizam o papel vital do PRONAF na promoção do desenvolvimento rural sustentável e na segurança alimentar nacional. A amplitude desse programa reflete uma estratégia governamental de reconhecer e valorizar a agricultura familiar, garantindo não apenas o sustento de milhões de famílias, mas também a preservação da diversidade cultural e produtiva das regiões rurais. No entanto, ao mesmo tempo em que o PRONAF demonstra eficácia, a análise crítica levanta questões sobre a uniformidade desse suporte e a necessidade de políticas complementares para preencher as lacunas existentes.

Por outro lado, o fato de 7.578 estabelecimentos dependerem de financiamento não governamental, fora dos programas tradicionais de crédito, revela uma realidade onde muitos produtores recorrem a autofinanciamento ou a parcerias privadas para manter suas atividades. Essa dependência de fontes alternativas sugere falhas no alcance e na acessibilidade das políticas públicas, corroborando as observações de Mattei (2014) e Oliveira e Oliveira (2018) sobre a seletividade e as limitações das políticas governamentais. Esse cenário reflete um setor agrícola polarizado, onde apenas uma parcela dos produtores tem acesso facilitado ao crédito formal, enquanto a maioria enfrenta barreiras que limitam seu crescimento e eficiência. A discussão se aprofunda ao considerar que a volatilidade econômica pode tornar esse modelo insustentável, afetando diretamente a resiliência e a capacidade produtiva dos pequenos e médios agricultores.

Os dados também revelam a atuação limitada de programas como o Terra Forte, Terra Sol, e o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF), que atenderam apenas 8 e 30 estabelecimentos, respectivamente. Esses números são preocupantes, considerando a importância da infraestrutura para a competitividade e eficiência agrícola. A baixa abrangência desses programas levanta questões sobre a eficácia e a alocação de recursos, sugerindo que tais iniciativas talvez precisem de uma reavaliação ou expansão para se tornarem mais impactantes. A análise crítica, ancorada nas ideias de Schneider (2009) e Silva (2012), sugere que esses programas não conseguem atingir seu potencial devido a restrições orçamentárias, burocracia excessiva ou falta de coordenação com as realidades locais dos produtores rurais.

Outro ponto de reflexão é o alcance do Programa de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), que beneficiou 135 estabelecimentos. Embora destinado a um público diferente do PRONAF, o Pronamp ainda enfrenta desafios que limitam seu impacto. A necessidade de atender melhor os médios produtores é evidente, mas as barreiras de acesso ao crédito e as restrições orçamentárias continuam a dificultar a ampliação desse suporte. A análise sugere que políticas mais robustas, que considerem as especificidades dos médios produtores, são essenciais para promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Os programas de infraestrutura e assentamentos, como o Programa Fomento e as iniciativas do INCRA para a instalação de assentamentos, têm uma cobertura ainda mais limitada, com 40 e 4 estabelecimentos atendidos, respectivamente. Esses números são sintomáticos de um investimento insuficiente em infraestrutura rural, um fator crítico que afeta a produtividade e a qualidade de vida nas comunidades agrícolas. O referencial teórico destacou a importância de uma infraestrutura sólida para o desenvolvimento rural; assim, a análise mostra que esses programas não estão atendendo de forma adequada às necessidades dos agricultores. A insuficiência desses investimentos compromete a eficiência produtiva e a integração dos pequenos produtores às cadeias de valor mais amplas, apontando para a necessidade urgente de políticas públicas mais estruturadas e eficazes.

Finalmente, a análise da categoria "Outros Programas" (federais, estaduais ou municipais), que financiou 1.148 estabelecimentos, mostra o papel vital das iniciativas descentralizadas. Esses programas podem ser particularmente importantes para suprir as lacunas deixadas pelas políticas federais, oferecendo apoio mais contextualizado às necessidades regionais. No entanto, mesmo com essa diversificação, a dependência do PRONAF e a alta concentração de recursos em poucos programas continuam a destacar as limitações do sistema de financiamento agrícola. A análise aprofunda a necessidade de uma abordagem mais equilibrada e integrada, onde tanto o apoio centralizado quanto as iniciativas descentralizadas possam funcionar de maneira sinérgica.

Necessidade da democratização do território e a agricultura familiar

Relacionar os dados apresentados com o conceito de territorialidade e a necessidade de democratização do território na fronteira agrícola do estado de Mato Grosso envolve compreender a interseção entre as práticas e desafios enfrentados pela agricultura familiar e as dinâmicas de poder associadas ao uso e controle da terra.

A territorialidade, neste contexto, refere-se ao modo como diferentes agentes—agricultores familiares, grandes proprietários de terras, e o próprio Estado—disputam, controlam e utilizam o território, moldando as estruturas sociais, econômicas e ambientais da região.

A análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017 revelou que a agricultura familiar, embora predominante em termos de número de estabelecimentos, enfrenta uma concentração fundiária significativa que limita sua expansão e competitividade. A concentração da posse da terra nas mãos de grandes latifundiários reflete uma estrutura territorial desigual que dificulta o acesso dos pequenos agricultores a áreas produtivas. Essa disparidade agrária está profundamente ligada à territorialidade, pois a terra, além de ser um recurso econômico, é um espaço de expressão cultural, social e ecológica para os agricultores familiares. A necessidade de democratizar o acesso à terra se torna evidente para corrigir essas desigualdades e promover uma territorialidade mais justa e sustentável. Como apontado por autores como Fernandes (2012) e Del Grossi et al. (2019), políticas que assegurem uma distribuição mais equitativa do território são essenciais para fortalecer a agricultura familiar e integrar essa população de forma mais ativa e produtiva à economia regional.

Os dados mostram que a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na construção territorial de Mato Grosso, não apenas como um ator econômico, mas também como guardião de práticas sustentáveis e de uma identidade cultural rica. A relação simbiótica entre os agricultores familiares e o território transcende o simples uso da terra para fins produtivos; ela incorpora valores culturais, práticas agrícolas sustentáveis e uma interação harmoniosa com o meio ambiente. Esse vínculo territorial é ameaçado pela expansão do agronegócio, que não só concentra terras, mas também transforma a paisagem em monoculturas extensivas, prejudicando a biodiversidade e os modos de vida locais. Autores como Altieri (2009) e Sabourin et al. (2021) defendem que a diversificação e as práticas tradicionais de manejo adotadas pela agricultura familiar contribuem para a resiliência ecológica e a preservação da biodiversidade, elementos fundamentais para a sustentabilidade do território.

A expansão do agronegócio, impulsionada por políticas de incentivo e investimentos em infraestrutura, intensificou os conflitos fundiários e deslocou comunidades tradicionais, alterando profundamente a territorialidade da região. A produção de commodities, embora economicamente vantajosa, resultou em graves consequências ambientais e sociais, como o desmatamento e a expropriação de terras. A literatura sobre territorialidade, incluindo autores como Haesbaert (2004) e Raffestin (1993), destaca que o território é uma construção social moldada pelas relações de poder. No contexto da fronteira agrícola de Mato Grosso, a democratização do território implica não apenas redistribuir a terra, mas também reconhecer e proteger os direitos históricos e culturais das comunidades rurais. Garantir essa democratização requer políticas agrárias que respeitem a territorialidade da agricultura familiar, promovam a equidade no acesso a recursos, e assegurem a preservação dos ecossistemas.

A necessidade de democratizar o território na fronteira agrícola de Mato Grosso se torna evidente ao considerar a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a preservação cultural. A concentração de terras e o domínio do agronegócio criam uma territorialidade excludente, onde os pequenos agricultores são marginalizados. Democratizar o território significa criar condições para que esses agricultores tenham acesso justo à terra e aos recursos, o que, por sua vez, promoverá um desenvolvimento rural mais equilibrado e inclusivo. A territorialidade deve ser entendida como um espaço de diversidade e resistência, onde a agricultura familiar pode florescer e contribuir para um modelo agrícola que respeite os limites ambientais e valorize as práticas culturais tradicionais.

A relação entre os dados analisados e a territorialidade evidencia que a democratização do território é uma necessidade urgente para promover a justiça social e a sustentabilidade na fronteira agrícola de Mato Grosso. Um enfoque integrado, que combine a redistribuição de terras, o fortalecimento da agricultura familiar e a proteção ambiental, é fundamental para construir um modelo de territorialidade mais inclusivo e resiliente. Somente por meio de políticas públicas eficazes e uma gestão territorial equitativa será possível superar as desigualdades históricas e garantir que a agricultura familiar desempenhe seu papel pleno na construção de um futuro sustentável para a região.

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desempenham um papel essencial na democratização do território. Esses programas têm o objetivo de oferecer suporte financeiro e técnico aos pequenos agricultores, permitindo-lhes competir em condições mais justas com o agronegócio. No entanto, a eficácia dessas políticas é frequentemente limitada por obstáculos estruturais, como a burocracia, a falta de acesso igualitário e a instabilidade

orçamentária. Grisa e Schneider (2014) destacaram que, para que as políticas públicas sejam realmente transformadoras, elas precisam ser adaptadas às especificidades regionais e implementadas de forma a reduzir as barreiras que impedem os pequenos agricultores de acessar os recursos disponíveis.

O acesso desigual a políticas públicas, como o PRONAF e o PAA, limita a capacidade da agricultura familiar de prosperar na fronteira agrícola. Essas políticas são instrumentos estratégicos para a democratização do território, pois oferecem crédito, assistência técnica e apoio à comercialização, permitindo que os pequenos agricultores mantenham sua produtividade e sustentem suas famílias. No entanto, os desafios na implementação dessas políticas, como a burocracia, a desigualdade de acesso e a falta de infraestrutura adequada, intensificam a marginalização desses agricultores. Schneider (2009) e Grisa e Schneider (2014) destacam que a reformulação das políticas públicas deve considerar as especificidades regionais e promover a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares, assegurando que eles tenham condições de competir em igualdade com as grandes propriedades.

A concessão de crédito por meio do PRONAF é um exemplo central de como as políticas governamentais podem promover a democratização do território. Ao fornecer crédito subsidiado e condições favoráveis de financiamento, o PRONAF possibilita que os agricultores familiares invistam em melhorias produtivas, adquiram equipamentos modernos e diversifiquem suas atividades. Isso fortalece a presença da agricultura familiar no território e contribui para a sua viabilidade econômica. No entanto, a análise apontou que o acesso a esse crédito nem sempre é fácil ou universal, devido às exigências burocráticas e à dificuldade de muitos agricultores em atender aos critérios estabelecidos. Assim, mesmo programas bem intencionados podem acabar perpetuando desigualdades se não houver um esforço para simplificar os processos e ampliar o alcance.

Os bancos comerciais são os principais mediadores ou provedores de crédito no setor agropecuário, mas sua alta variabilidade e complexidade nos processos de concessão dificultam o acesso para os agricultores familiares. O financiamento bancário é mais facilmente acessado por grandes propriedades e agronegócios, que possuem recursos e estrutura para lidar com os requisitos burocráticos. Isso cria uma disparidade significativa no acesso a crédito e reforça a concentração de terras, contribuindo para uma territorialidade que privilegia os grandes proprietários. Mattei (2014) e Oliveira e Oliveira (2018), ressaltam que a seletividade das políticas de crédito bancário perpetua as desigualdades no campo, sublinhando a necessidade de um sistema mais equitativo que considere as limitações e necessidades dos pequenos produtores.

Os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas e na concessão de crédito são amplamente reconhecidos na literatura. A instabilidade orçamentária e a centralização das decisões de financiamento tornam as políticas menos eficazes e prejudicam os agricultores mais vulneráveis. Há uma necessidade urgente de reformular essas políticas para torná-las mais acessíveis e eficientes. Isso inclui descentralizar a gestão dos programas, garantir maior previsibilidade nos orçamentos e simplificar os processos burocráticos. Além disso, políticas que incentivem a formação de cooperativas e redes de apoio financeiro podem ajudar a democratizar o acesso ao crédito, contribuindo para a construção de uma territorialidade mais justa e sustentável.

As políticas de crédito e financiamento têm um impacto direto na territorialidade da agricultura familiar. Quando bem implementadas, essas políticas podem fortalecer a presença dos pequenos agricultores no território, permitindo-lhes investir em práticas agrícolas sustentáveis e diversificadas. Isso contribui para uma territorialidade mais equilibrada, onde a agricultura familiar tem um papel ativo na conservação ambiental e na produção de alimentos para o mercado interno. No entanto, a

falta de equidade e eficiência nas políticas atuais reforça as estruturas de poder que favorecem o agronegócio, perpetuando uma territorialidade excludente.

A democratização do território, portanto, não é apenas uma questão de redistribuição de terras, mas também de criar condições econômicas e sociais que permitam que os agricultores familiares prosperem. Isso inclui garantir acesso a crédito, assistência técnica, mercados e infraestrutura de qualidade. Somente por meio de políticas públicas integradas e um sistema de financiamento mais inclusivo será possível promover um desenvolvimento rural que respeite a diversidade territorial e valorize as práticas culturais e produtivas da agricultura familiar em Mato Grosso.

Conclusão

O presente estudo analisou a agricultura familiar e sua relação com a territorialidade na fronteira agrícola do estado de Mato Grosso, evidenciando uma realidade multifacetada com interações entre aspectos sociais, econômicos e as políticas públicas de financiamento. Observou-se que a agricultura familiar desempenha um papel significativo não apenas na segurança alimentar, mas também na preservação de modos de vida tradicionais e na implementação de práticas sustentáveis, em um contexto amplamente dominado pela expansão do agronegócio.

Inicialmente, foi destacada a relevância da agricultura familiar no contexto territorial, conforme apontado pelos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), que revelam uma ampla predominância numérica dos estabelecimentos familiares. Entretanto, essa predominância contrasta com a expressiva concentração fundiária existente, o que pode limitar a competitividade e o potencial de crescimento dos pequenos agricultores. Esse cenário reforça a importância de políticas públicas que promovam uma gestão territorial mais inclusiva e equitativa, conforme discutido por Fernandes (2000) e Del Grossi et al. (2019).

A sustentabilidade econômica da agricultura familiar ainda enfrenta sérios desafios, especialmente relacionados às dificuldades de acesso ao crédito, à assistência técnica e aos mercados. Programas governamentais como o PRONAF e o PAA, embora importantes, encontram barreiras significativas, incluindo burocracia, desigualdade de acesso e instabilidade orçamentária, aspectos destacados por Grisa e Schneider (2014) e Silva (2012). Essas limitações evidenciam a necessidade de uma reformulação das políticas públicas, com maior adequação às particularidades regionais e simplificação dos processos administrativos.

A expansão da fronteira agrícola em Mato Grosso, impulsionada por investimentos em infraestrutura e políticas de incentivo ao agronegócio desde a segunda metade do século XX, provocou profundas transformações no uso do solo. O avanço das grandes propriedades rurais gerou conflitos fundiários, deslocamento de comunidades tradicionais e maior concentração da posse de terras. Nesse contexto, a territorialidade, entendida como uma construção social marcada por relações de poder e práticas culturais (Haesbaert, 2004, 2007; Raffestin, 1993), se revela um conceito essencial para compreender essas dinâmicas territoriais.

Assim, a análise evidenciou que a agricultura familiar, apesar das contribuições substanciais para segurança alimentar, preservação ambiental e coesão social, enfrenta desafios estruturais significativos. A democratização do território, abordada neste estudo, não envolve apenas a redistribuição de terras, mas também o fortalecimento do acesso das famílias agrícolas a recursos financeiros, assistência técnica e infraestrutura adequadas. A adoção de políticas públicas integradas e adaptadas às realidades locais surge como condição essencial para promover um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável.

Por fim, destaca-se que um modelo efetivamente sustentável requer equilibrar a produção agrícola com as responsabilidades ambientais. Isso implica um diálogo constante e equilibrado entre Estado, sociedade civil, comunidade científica e agricultores, promovendo um desenvolvimento rural que contemple simultaneamente necessidades socioeconômicas e ecológicas específicas da região, especialmente quanto à preservação dos biomas locais como Cerrado e Amazônia, fundamentais para garantir os serviços ecossistêmicos e enfrentar as mudanças climáticas.

Referências

- ABRAMOVAY, R. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec.
- ALTIERI, M. A. (2009). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular.
- BLAIKIE, N. (2007). *Approaches to Social Enquiry: Advancing Knowledge*. 2. Ed. Polity Press.
- BRASIL. (2006). Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Dispõe sobre os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.
- BUAINAIN, A. M., ROMEIRO, A. R., & GUANZIROLI, C. E. (2002). *O novo mundo rural: mudanças na agricultura brasileira*. In: Congresso da SOBER, Passo Fundo/MG.
- BRYMAN, A. (2016). *Social research methods* (5th ed.). Oxford University Press.
- CRESWELL, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.). Sage.
- DEL GROSSI, M., FLORIDO, A. C. S., RODRIGUES, L. F., & OLIVEIRA, M. S. (2019). Delimitando a agricultura familiar nos Censos Agropecuários Brasileiros. *Revista NECAT*, vol. 8, nº 16, Jul-Dez.
- FERNANDES, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. São Paulo: Editora Vozes.
- FERNANDES, B. M. (2012) Território Camponês. In CALDART, R. S. et al. *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- FIELD, A. (2013). *Discovering statistics using IBM SPSS statistics* (4th ed.). Sage.
- GASPARI, L. C., & KHATOUNIAN, C. A. (2016). Características das famílias, estruturação da produção e estratégias de comercialização em um assentamento de reforma agrária. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 54(2), 243-260. <https://doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540203>
- GRISA, C., & SCHNEIDER, S. (2014). Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *RESR, Piracicaba/SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 125-146*.
- GUANZIROLI, C. E. (2007). Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 45(2), 301-328. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032007000200004>.
- GUANZIROLI, C., ROMEIRO, A., BOUAINAIN, A. M., SABBATO, A., BITTENCOURT, G.. (2018). *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Brasília: MDA.
- HAESBAERT, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HAIR Jr., J. F., BLACK, W. C., BABIN, B. J., & ANDERSON, R. E. (2010). *Multivariate data analysis* (7th ed.). Pearson.
- HELFAND, S. M., ROCHA, R. VINHAIS H. E. F.. (2009). Pobreza e desigualdade de renda no brasil rural: uma análise da queda recente. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 39(1).
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE.
- LONGLEY, P.A., GOODCHILD, M. F., MAGUIRE, D. M., RHIND, D. W.. (2009). *Geographic information systems and science* (3rd ed.). Wiley.
- MARTINS, J. S. (2010). *O cativo da terra*. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto.
- MATTEI, L. (2014). O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Rev. Econ. NE, Fortaleza*, v. 45.
- OLIVEIRA, A. L. A., OLIVEIRA I. P. A. (2018). Agricultura familiar, desenvolvimento rural e as políticas públicas de preservação da natureza: reflexões sobre o Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012). *Revista Agricultura Familiar*, 12(2).
- PEDROSO, M. T. (2014) A agricultura familiar no Brasil. *Hortic. Bras.* 32 (1) <https://doi.org/10.1590/s0102-0562014000100022>.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- SABOURIN, E., RODRIGUES, J. A., & CARON, P. (2021). Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no Território do Portal da Amazônia. *Redes*, v.26. <https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.17229>.

- SCHNEIDER, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), 99-121.
- SCHNEIDER, S. (2009). *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- SCHNEIDER, S., & CASSOL, A. (2013). *A agricultura familiar no Brasil*. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile.
- SILVA, R., & SATO, M. (2010). Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 13(2), 261-281. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2010000200004>.
- WANDERLEY, M. N. B. (1999). Raízes históricas do campesinato brasileiro. In J. C. Tedesco (Org.), *Agricultura familiar: realidades e perspectivas* (p. 23-56). Passo Fundo: Editora da UPF.